



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 06/12

Data da reunião: 03 de outubro de 2012

Início da reunião: 14.30 horas

Fim da reunião: 18.30 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr. -----

1º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos, Dr.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

----- Aos três dias do mês de outubro do ano de 2012, pelas 15 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, para continuação dos trabalhos da Sessão Ordinária, realizada no dia 28 de setembro do ano 2012, então suspensa. -----

----- Nesta reunião foi concluída a Ordem de Trabalhos da sessão referida e dela constavam os seguintes pontos:-----

11.– Pronúncia da Assembleia Municipal sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, ao abrigo do artigo 11.º da Lei n.º22/2012, de 30 de maio; -----

12. – Declaração de situação de desequilíbrio estrutural; -----

13. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o plano de reequilíbrio financeiro; -----

14. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o empréstimo de reequilíbrio financeiro; -----

15.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o plano de ajustamento financeiro; -----

16.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o empréstimo a contrair no âmbito do Programa I do PAEL no montante máximo elegível; -----

17.- Eleição de representante do município no Conselho Consultivo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo. -----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças: -----

Mesa: Lídio dos Santos Cristo e Vitor Manuel Monteiro Travassos. -----

Membros: Ana Cristina da Silva Jorge, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, Maria João Batista Sobreiro, Fernando Manuel Dias Monteiro, Rui Manuel da Costa Rodrigues, José Manuel Cardoso Bucu, Ricardo Manuel Pato Sousa Brites, Edmea Tereza Reis Silva, Margarida Maria Querido Monteiro Carvalho, Altino Ferreira Lopes, José Carlos Malheiro Leite, Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo e António Manuel da Silva Pagaimo. Fernando Vitor Ladeira Pereira e José Mendes Simões Monteiro, em substituição, respetivamente, de Nuno Miguel Gonçalves e de Maria Clara dos Santos Carvalho de Oliveira. -----

Presidentes de Junta: Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca.-----

Executivo: Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Pedro Manuel Monteiro Machado, Abel da Silva Oliveira Girão, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Elisabete Maria Neto Pereira, Emílio Augusto Ferreira Torrão e Paula Elisabete Pires Costa Rama.-----

----- Ausências justificadas, por indicação diretamente feita à MAM na 1ª reunião – Manuel Eduardo Magalhães Portelinha e David António Coutinho da Costa e Sousa. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

-----Faltas injustificadas: Marco Bruno Freitas Góis.-----

-----De acordo com reunião prévia, realizada com os líderes de grupo da AM, foi proposto, ao abrigo do número 8 do artigo 31º do Regimento da Assembleia Municipal, alterar a sequência dos pontos da OT, passando o ponto 11 a ser discutido apenas no final da reunião.-----

-----O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Relativamente ao proposto não o iriam inviabilizar, no entanto, temos uma nota prévia para colocar à MAM ou ao executivo municipal. Na reunião anterior e na sequência do aditamento à OT foi assumido o compromisso de que, seria aprovado o ponto 16 e que os outros seriam discutidos numa AM extraordinária. Como parece que não é assim, precisava que o executivo, efetivamente, esclarecesse se para aprovar o ponto 16 é necessário aprovar os anteriores que estão com ele relacionados.”-----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “É claro que, em relação aos pontos referidos, têm de ser todos aprovados nesta reunião da AM, mas todos, à exceção dos pontos do PAEL, têm de voltar a uma nova sessão da AM. Isto porque, apenas vai ser dada autorização para auscultar o mercado, quanto ao empréstimo de reequilíbrio financeiro que, obrigatoriamente, terá de ser submetido novamente ao executivo municipal e à AM. Se não existirem estas autorizações o mercado não pode ser consultado, e daí que hoje, seja feita uma apresentação integral de todos os pontos. A declaração de situação de desequilíbrio estrutural e o do PAEL, são autorizados e vão permitir que os outros sejam agilizados. Face ao conteúdo das propostas que o mercado bancário apresentar, têm de ser homologadas, mediante proposta do executivo, as decisões que venham a constar do documento final que tem de ser aprovado pela tutela e pelo Tribunal de Contas.”-----

-----O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Fiz esta pergunta antecipando a resposta da análise que tínhamos feito dos documentos, mas na sequência do que tinha sido assumido não poderia deixar de a fazer. Na sequência também do que afirmei na última reunião, não posso deixar de lamentar que documentos tão importantes como estes, para cinco pontos, nos tenham sido entregues tão em cima da hora, não dando tempo, praticamente, tempo para os analisar. Só hoje, pela manhã, é que tive acesso aos mesmos e penso que esta situação não dignifica a AM. No entanto, não vamos inviabilizar, os assuntos que vão ser discutidos, porque somos responsáveis, e sabemos que é hoje o último dia do prazo definido.”-----

-----Face ao exposto, foi deliberado, por unanimidade, que o ponto 11 da OT fosse discutido apenas no final da reunião, pelo que a OT passou a esta, ordenada da seguinte forma:-----

11.– Declaração, sob proposta do Executivo Municipal, de situação de desequilíbrio financeiro estrutural;

12.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano de Reequilíbrio Financeiro; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.^a reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

13.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o empréstimo de reequilíbrio financeiro; -----

14.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano de Ajustamento Financeiro; -----

15.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o empréstimo a contrair no âmbito do Programa I do PAEL no montante máximo elegível; -----

16.- Eleição de representante do município no Conselho Consultivo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo; -----

17.- Pronúncia da Assembleia Municipal sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, ao abrigo do artigo 11.º da Lei n.º22/2012, de 30 de maio. -----

----- Seguidamente passou-se à OT, pela ordem, então, aprovada:-----

11. – Declaração, sob proposta do Executivo Municipal, de situação de desequilíbrio financeiro estrutural

- o PCM pediu a palavra e disse: “Na verdade, só ontem é que foi possível ter os documentos prontos, e se houve alguma falha foi porque o líder de Grupo do PS faltou à reunião para a qual se havia comprometido. Fique bem esclarecido que foi no dia 14 de setembro que foi publicada a Portaria n.º 281-A/2012, e o prazo para cumprimento do definido é de, apenas 20 dias, pelo que estamos a cumprir à risca. Os documentos foram, no passado fim-de-semana, devidamente conferidos e, ontem, ao fim da tarde, foram concluídos, tendo sido todos distribuídos entre as 19 horas e as 21 horas. Os mesmos resultam de uma legislação muito exigente e restritiva, e a documentação é formal, oficiosa e juridicamente prevista pela Portaria. Solicitei ao consultor que está a trabalhar neste dossier, que viesse a esta AM fundamentar e apresentar a documentação enviada. De acordo com a legislação, é permitida aos municípios a possibilidade de acessibilidade ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) que visa permitir aos municípios com maior número de dívidas, vencidas há mais de 90 dias, que sejam financiados por um fundo de pensões do Estado, a uma taxa máxima de 3,22%, a amortizar em 20 anos. Este valor foi negociado, a 31 de março, pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) com o Governo que emitiu, posteriormente, através da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), um mapa onde constam os *plafonds* disponíveis para cada um dos municípios. -----

----- No caso concreto do nosso concelho foram atribuídos 4,152 milhões de euros a poder negociar, garantindo que cerca de 1,171 milhões de euros serão pagos, diretamente, pela DGAL, pelas retenções que têm sido feitas, 312 mil euros por via da retenção do subsídio de férias e de natal, e cerca de 694 mil euros, pelos 10 % das retenções que a Lei das Finanças Locais atribui ao município. Nessa matéria, e que isto seja bem esclarecido, o Orçamento de Estado (OE) obriga, claramente, todos os agentes públicos a pagarem por ordem de antiguidade as suas dívidas. Acontece, por isso, que como já foi dito, reduzimos em 5% a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

dívida de curto prazo e pagámos cerca de 3 milhões de euros, que estavam inscritos no PAEL. Neste caso, ou pagávamos de acordo com o OE ou estávamos a incorrer em pena civil e criminal por não o fazer. O valor que vamos apresentar para beneficiar do PAEL é muito inferior, já não serão os 4,152 milhões de euros, mas cerca de 1,8 milhões de euros, à mesma taxa de juro, ficando o remanescente sujeito a uma operação, após a declaração de reequilíbrio financeiro do município, pelas cláusulas que irão ser apresentadas, sujeito a uma negociação contratual com a DGAL, com a Secretaria de Estado do Orçamento, com o visto do Tribunal de Contas e com a negociação prévia com a banca. -----

-----A proposta que o município vai apresentar é renegociar 31 milhões de euros, dos 34 milhões que existem de passivo de curto, médio e longo prazo, ficando o remanescente de 3 milhões de euros para amortização normal, sendo negociado o alargamento dos prazos da amortização do saneamento financeiro, que começaria no último trimestre do corrente ano. Chamo a atenção que a partir do próximo ano a mantermos a situação, e de acordo com os planos e orçamentos, teríamos um serviço de dívida de 4,2 milhões de euros anuais, propondo a diluição temporal deste empréstimos e renegociando com uma outra entidade credora, que normalmente é associada nestas negociações e que nós proporíamos que fosse a Caixa de Credito Agrícola, o remanescente, mantendo com a Caixa Geral de Depósitos a renegociação da dívida que já existe. Hoje temos 22 milhões euros em débito à CGD e vamos propor que 21 milhões euros, não sejam pagos em 9 anos, mas em 15 ou 20 anos. O remanescente para o reequilíbrio financeiro, que pode andar nos 8 a 10 milhões de euros, será negociado com a Caixa de Credito Agrícola. ---

-----Por isso, o que a AM fará hoje, será viabilizar a abertura destes procedimentos, sabendo que iremos aderir ao PAEL, para que sejamos ressarcidos de 1,8 milhão de euros de pagamentos dessas dívidas, e o remanescente será negociado através de propostas que terão de voltar ao executivo municipal, para se pronunciar e à AM para validar.-----

-----Isto tudo, tem prazos a correr contra nós, do ponto de vista do que a Lei instituiu. Solicito ao Dr. Pedro Mota e Costa, que elenque e demonstre estes documentos, inclusivamente para o executivo municipal já que existe uma discrepância entre os valores que vão ser enviados e os que conhecemos, porque foram feitos acertos do ponto de vista financeiro e dos momentos a envolver, porque verificarão que existe um conjunto de regras que vão impor que, anualmente, exista um *plafond* máximo disponível para despesa de capital. -----

-----Por último, chamo a atenção, para o fato de ir ser pedida, nesta negociação, um ano de carência, que corresponde ao próximo ano, que permitirá, na negociação, sobretudo com a CGD, acertar um compasso de espera até 2015, ano em que vencem quatro empréstimos que não queremos negociar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.^a reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

considerando que o montante que está em causa não tem interesse em ser prolongado no tempo, e poder então, a partir daí, ter valores crescentes. Tal permitirá uma estabilidade, a partir de 2015, que coincide com o novo Quadro Comunitário e com a maior libertação de meios que o município vai ter para fazer face aos projectos e aos investimentos.” -----

----- Tomou a palavra o Dr. Pedro Mota e Costa que disse: “Em reforço dos esclarecimentos dados pelo PCM, na prática acrescentaria a questão da motivação desta Lei, que acabou por precipitar esta linha de financiamento, designadamente, o PAEL. Com a publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conhecida como lei dos compromissos, implementou-se um novo paradigma de gestão de tesouraria nas entidades públicas, com a obrigação de que a execução do orçamento fique limitada às verbas disponíveis de cada entidade pública. O governo reconheceu que havia entidades públicas, e não foram só autarquias, que para poderem implementar a lei, teriam que, no fundo, ter um mecanismo que lhe permitisse “virar a página”. O OE retificativo, aprovado em maio, veio possibilitar a introdução de uma verba em condições bonificadas, designadamente, para as autarquias locais e na sequência de um memorando de entendimento entre a ANMP e o Governo Português. Foi, a partir desse momento, que se preparou a Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que veio aprovar o PAEL e que divide os municípios em dois programas. O programa I aplica-se aos municípios em situação de desequilíbrio financeiro estrutural e que, na prática, são os que reúnem pelo menos três dos seis requisitos definidos e esta é a situação do município de Montemor-o-Velho, a 31 de dezembro de 2011. No caso concreto, como o município de Montemor-o-Velho reunia três requisitos, pelo que se encontra numa situação de desequilíbrio estrutural, havendo, então, uma de duas opções: a AM, sob proposta da CM, faz a declaração de desequilíbrio estrutural ou o Governo mediante proposta da DGAL, o faz. Por recomendação da própria DGAL, os municípios englobados no Programa I deveriam, também, criar uma forma de saneamento mais completa, que, em boa verdade, abrangesse outros créditos, porque o PAEL, por si só, não permitiria resolver os problemas. --

----- Esta é a situação do município em 31 de dezembro, comunicada pela DGAL, em que indica que o município estava em desequilíbrio estrutural, por cumprir três destes seis requisitos, permitindo, assim, o seu reequilíbrio financeiro. Em paralelo com a ficha do município, existe um estudo fundamentado, embora a que regulamenta o PAEL tenha simplificado, exageradamente, este processo, resumindo-o a uma amálgama de dados, sem grande enquadramento teórico. Sem prejuízo disso, entendeu-se, para reforçar e habilitar uma decisão mais fundamentada, rebuscar-se um pouco o que estava na legislação anterior e fazer um estudo fundamentado da situação económica e financeira. Isto é, em paralelo e em complemento à ficha do município, que por si só já faria esse enquadramento do desequilíbrio estrutural, fez-se uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

análise mais detalhada do último quinquénio, que permite ver a evolução do município do ponto de vista económico, financeiro e monetário. Esta análise está, fortemente, influenciada pelo próprio plano de saneamento financeiro, porque no ano em que foram efectuados a maior parte dos pagamentos, existe um pico, o que distorce um pouco a análise que se está a fazer nestes cinco anos. -----

-----Este estudo fundamentado mostra-nos que dos 4,152 milhões de euros, neste momento, só estarão disponíveis 1,723 milhões de euros, ou seja, a 31 de março de 2012, o município tinha de stock de pagamentos em atraso, porque já tinham passado 90 dias sobre a data de vencimento, 4 milhões de euros, e este era o limite até ao qual poderia candidatar-se ao PAEL. -----

-----Estamos a falar de uma linha de crédito com condições extremamente bonificadas, tendo a ANMP recomendado que se usasse para este estudo a 20 anos, uma taxa de 3,22%. Ainda não sabemos que condições é que a banca apresentará, mas o que tem acontecido noutros municípios, é que no caso específico, só de *spread* serão cerca de 6%. Assim, o município ao cumprir o que a lei exigia, que era pagar o que devia há mais tempo, para evitar juros de mora ou litigância em tribunal, viu limitada a sua possibilidade de aceder a esta linha de crédito bonificada, e portanto o passar destes cerca de 3 milhões de euros do lado do PAEL para o reequilíbrio financeiro, tem um efeito a médio e longo prazo, que tentámos atenuar com as medidas que aqui estão plasmadas. Há uma questão que é especialmente relevante - dos 4,152 milhões de euros, só 1,723 milhões de euros é que estão em condições de elegibilidade. -----

-----O que se propõe, na sequência da aprovação da lei, é que a assembleia se pronuncie e que a deliberação da AM declare, designadamente, o desequilíbrio estrutural, o que habilitará o executivo a prosseguir com a candidatura ao PAEL, com o pedido de adesão e com o próprio pedido de propostas. -----

-----Há uma questão especialmente relevante, reforçada ao longo do documento, que tem a ver com a perda das receitas que o município teve, e com o adulterar dos pressupostos que estiveram na base do plano de saneamento financeiro. Desde o ano de 2010, o município perdeu cerca de 4,7 milhões de euros em transferências do OE.” -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Conhecemos o saneamento financeiro em julho/agosto de 2009, logo de seguida apanhámos com a crise financeira e com as alterações de toda a Lei das Finanças Locais e é, por isso, que o que está, hoje, como dívida de curto prazo, se eleva a cerca de 6 milhões e é composta, maioritariamente, por todos os montantes que nos foram retirados. -----

-----Já agora, uma outra nota, que é muito importante, porque vai ser depois salientada em todo este plano de reestruturação financeira, onde não há uma única linha que pressuponha aumento de receita. Não se trabalhou com alienação de património, nem com nenhum valor que acrescentasse àquilo que é a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.^a reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

receita total de hoje, para permitir que todo o comportamento futuro em tudo o que se passar do lado da receita e não do lado da despesa, venha como *cash-flow* que possa permitir alocar mais para investimento e para financiamento. É preciso que se entenda isto, porque é fundamental. -----

----- Retomou a palavra o Dr. Pedro Mota e Costa que disse: “Em termos globais de financiamento o que está a ser equacionado é precisamente o empréstimo PAEL, não pelos 4,152 milhões de euros mas pelos 1,723 milhão de euros elegíveis e o remanescente, será o empréstimo de reequilíbrio financeiro para consolidar os passivos financeiros, com as contingências em curso. Dos 31 milhões de euros, 21 milhões é para consolidação de créditos que já existem, ou seja, na prática, o esforço, por exemplo da CGD que está envolvida em 21 milhões de euros será o reescalonar dos créditos que já estão neste momento no município e o remanescente envolver uma outra entidade bancária. O fundo de regularização municipal que ascende neste momento a 1,331 milhões, mais não é do que uma verba que é vossa e que está retida neste momento na DGAL. Como disse o OE retificativo deste ano veio possibilitar que esta verba retida possa ser usada mediante indicação vossa para reduzir pagamentos em atraso. Essa verba é vossa, só não que está na DGAL e o município vai dar indicação para se fazerem pagamentos nesse valor. -----

----- Há uma análise detalhada da situação financeira, que mais não faz do que reforçar o que está na ficha do município, que por si só é um resumo da situação financeira e é essa ficha que habilita a própria DGAL a propor ao governo a declaração do desequilíbrio estrutural ou habilita a própria AM a fazê-lo. A análise do quinquénio permite ter uma visão mais alargada em todas as vertentes económica, financeira e patrimonial, a evolução da população e há um conjunto de rácios indexados à população que tornam os números mais perceptíveis. Foi esse exercício que se faz ao longo destas 50 páginas, numa análise cuidada da evolução da situação que eu reitero estar fortemente influenciada pelo fato de terem tido um empréstimo de saneamento financeiro e terem feito pagamentos avultados a fornecedores, o que influencia os volumes de pagamentos e de recebimentos. -----

----- Para aderir, ao programa I do PAEL ou ao reequilíbrio financeiro, o que a lei prevê é um caderno de encargos, que na prática está tipificado e impõe, designadamente, que o município maximize um conjunto de pontos de financiamento como colocar os empréstimos, o IMI, o IMT, a derrama e o IRS no montante máximo. Essa situação o município já a tinha, por força do Plano de Saneamento Financeiro, pelo que no plano de reequilíbrio financeiro não há qualquer medida tendente a maximizar esse tipo de fundos de financiamento porque elas já estavam tipificadas. O que se procurou fazer foi, que a sustentabilidade do município fosse assegurada pela redução e contenção da despesa e não pela maximização de receita. Mais, não está previsto neste plano de reequilíbrio financeiro qualquer receita extraordinária, ou seja, pelo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

contexto de incerteza isso foi algo que aconteceu com o saneamento financeiro e que aconteceu por todo o país e por todos os municípios que fizeram exercícios semelhantes. Hoje, o paradigma mudou e estar a assentar a sustentabilidade futura de um município num cenário de incerteza, prever que se vai vender um determinado terreno, um determinado edifício ou que vai acontecer o que quer que seja, é muito complicado e para evitar que a não concretização dessa medida pudesse eventualmente pôr em causa a própria sustentabilidade financeira do município, optou-se, de uma forma prudente por não o fazer, o que obrigou a reforçar as medidas de redução de despesa. -----

-----Digamos que todo o equilíbrio financeiro está assente na redução de despesas, sem colocar aqui receitas de capital, designadamente extraordinárias, precisamente pelo contexto de incerteza. O município continua habilitado a vender imóveis, obviamente dentro das competências que lhe estão atribuídas por lei e se isso acontecer terá uma folga dentro do Plano de Reequilíbrio Financeiro. O caderno de encargos e as medidas que estão preconizadas são as que estão aqui tipificados e que a lei já impunha, como o lançamento da derrama sobre o lucro tributável no montante máximo ou o próprio IMI. -----

-----No que concerne às medidas elas assentam na eficiência organizacional, em algumas medidas que, em boa verdade, podem não contribuir diretamente, nem de forma material para a redução de custos, mas tem um efeito colateral positivo, em que se a própria organização dos serviços estiver otimizada contribuirá de uma forma positiva para a prossecução dos outros objectivos. Esta medida que se refere a reorganização dos serviços municipais terá que ser aprovada até 31 de dezembro de 2012, porque é uma competência própria da AM. A lei impõe que todos os municípios conformem as suas organizações, com o que está estabelecido por lei e, portanto, também o município de Montemor-o-Velho fará um exercício de eficiência organizacional, no sentido de aproveitar essa imposição legal para contribuir de forma positiva para este objetivo, designadamente do reequilíbrio financeiro. -----

-----Há um conjunto de competências que estão a ser transferidas para os municípios e cada vez mais estes têm menos competências de licenciamento e mais competências de fiscalização, portanto, o paradigma está a mudar por completo, o que obriga a uma reformulação da própria estrutura orgânica. Em boa verdade se há menos competências de licenciamento haverá menos técnicos envolvidos neste domínio e mais técnicos envolvidos na questão da fiscalização. -----

-----A implementação de ferramentas de suporte à decisão e de controlo, designadamente o sistema de contabilidade analítica e a função controle de gestão, importa cada vez mais. No fundo, fazer um controle exaustivo das transferências em espécie, de um conjunto de grandezas, do custo que se quer de equipamento porque o que não se conhece e aquilo que não se mede não se consegue gerir, e portanto há

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

aqui um enfoque muito grande nesta matéria para permitir um controle, em que se podem conhecer os custos para poder intervir sobre eles e racionalizá-los.-----

----- A implementação de um orçamento por atividades de base zero, feito no ano de 2013, aplicável a 2014, é um exercício que deriva das outras medidas que estão a ser tomadas, que numa base matemática, é conjugada com a do pessoal, sendo uma das medidas mais eficazes, em que no caso concreto o município se vincula a todos os anos, em sede de perspetivar despesas de investimento, ficar limitado à receita de capital que é transferida do FEF, deduzida do serviço da dívida. Há uma verba que o município tem fixa que é atribuída pelo OE, do ponto de vista corrente e de capital, mas que orça em termos de capital em 2,5 milhões de euros e esses 2,5 milhões de euros, primeiro serão consumidos pelo serviço da dívida destes empréstimos e dos que subsistirem a esta operação, depois é deduzido o valor das transferências de capital para as entidades terceiras, elas próprias também já condicionadas aqui a uma intervenção e o que sobrar é que habilita o município a investir. Há um cuidado grande na perspetiva da redução da despesa e que estiver tipificada, até porque de outra forma não estaria conforme a lei dos compromissos. Assim, a regra que se impõe é que ainda que se possa vir a prever a alienação de bens de investimento, primeiro ela concretiza-se, depois é que se fará a consequente modificação ao orçamento e habilitará o município a fazer mais despesa que tenha por contrapartida essa fonte de financiamento.-----

----- Este município, já tinha medidas eficazes no plano de saneamento financeiro, mas o grande problema do plano de saneamento financeiro é que, atendendo à alteração das variáveis que estiveram no seu suporte e na sua origem, designadamente, à conjuntura económica, à perda de receitas próprias e às transferências do OE, será preciso mais tempo para que elas ganhem maior eficácia. -----

----- Esta não é uma medida que tenha repercussões financeiras significativas, nem é por aqui que se recupera o equilíbrio, mas é emblemática e é um sinal claro que o município se vai virar, cada vez mais, para si próprio, para os seus recursos e os vai utilizar em detrimento de terceiros, preconizando-se um decréscimo de 10% sobre as despesas, em 2013, e um decréscimo até 2016, a uma razão de 5%. -----

----- Também com racionalização de despesas de funcionamento através da agregação de necessidades, operada pela CIM-BM ou outras entidades associativas municipais, provocará um conjunto de reduções significativas que num primeiro ano terá um impacto significativo e apoiará a consolidação orçamental. ----

----- Outras medidas passam por um esforço interno adicional para a redução dos consumos já que não importa só negociar com os terceiros os valores a pagar, bem como implementar um plano de eficiência energética, que há possibilidade de consolidar, designadamente, na redução na fatura de iluminação pública que pode permitir uma redução de 5% em 2013 e 5%, em 2014.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

-----No que concerne aos subsídios e transferências para entidades terceiras, propõe-se uma redução de 35% em 2013 e depois à razão de 4% ao ano, até 2020, mantendo-se congelada a partir daí. -----

-----Uma outra medida que, neste momento não é possível concretizar, porque estamos a prever o seu desenvolvimento ao longo de 20 anos, seria a redução do número de colaboradores do município, ou seja, a desvinculação por limite de idade ou por término do contrato, em que aplicando a regra de dois por um, terá impacto muito significativo nas despesas, considerando que se preveem oitenta e três saídas e trinta e sete entradas. Esta, conjugada com a redução das despesas de capital, são as duas grandes medidas que contribuem para a consolidação orçamental do município de Montemor.-----

-----Outra medida que já tem pouca margem, mas que é um sinal claro para a eficiência organizacional, designadamente, no que concerne ao planeamento, é uma redução das horas extraordinárias em 5%. Já houve um esforço muito grande mas terá de se atingir aquele valor a curto prazo. -----

-----Outra vertente importante é elaborar um plano de rentabilização do património municipal. Para isso ser possível importa, para além do registo contabilístico, caracterizar todo o património, perceber exactamente o estado em que está, a sua situação jurídica, qual a classificação que tem, quem o está a ocupar porventura, qual as potencialidades que o equipamento tem, podendo estar a ser-lhe dado um fim, mas que pode ser objeto de uma eventual concessão ou atribuição a outro tipo de uso, sendo necessário identificar, com clareza, patrimónios passíveis de serem eventualmente alienados. Há municípios que já o fizeram e alguns que o estão a fazer estão a conseguir identificar situações que podem maximizar, não só reduzindo custos, mas também aumentando receitas por essa via.-----

-----No caso concreto do aumento da receita, aquilo que se preconiza, porque deriva da lei, são duas medidas que já estão em curso, que é o aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos susceptíveis de gerar a cobrança de taxa. Tudo passa por um reforço de organização dos serviços e tem que estar virado, por força de lei, para a fiscalização. O segundo ponto da receita é algo que também já têm em curso e que se prende com a aproximação dos preços de sustentabilidade previstos pela ERSAR.----

-----Neste momento, o município tem atribuídos, por transferência do OE, 6,398 milhões de euros, dos quais 3,838 milhões de euros são receitas correntes e o remanescente são receitas de capital, pelo que se preconizou naquela medida que esta verba das receitas de capital estivesse afecto às despesas de investimento. Depois de pagar o serviço da dívida do PAEL, o empréstimo que se venha a autorizar e a contrair, depois de pagar o serviço da dívida, também do reequilíbrio financeiro e de outros empréstimos, depois de retirar as transferências para entidades terceiras, o montante dos 2,559 milhões de euros é o remanescente. Este passou a ser o teto até ao qual município pode, em cada ano, fazer investimentos. Até

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

agora não havia uma baliza, e as receitas de capital seriam o teto para as despesas, mas hoje aquilo a que o município se vincula tem um impacto significativo na redução da despesa, pois só pode existir investimento daquilo que se pode pagar. Ou seja, a única receita que tem, e nem sempre é certa, líquida e exigível, porque tem havido algumas alterações, são estes 2,559 milhões de euros, que foram mantidos constantes a 20 anos, numa perspectiva de prudência, mas obviamente que tenderão a aumentar. -----

----- Nada obsta a que se tiverem assegurado um financiamento comunitário, um contrato-programa com uma entidade da administração central, que vão para além disso. O que se entendeu foi, não assentar nesse pressuposto, porque não é sólido, e estarmos hoje já a dizer que o que nos propomos investir vai ser co-financiado, seria no fundo uma presunção que poderia ser ignorada, e que podia colocar em perigo a própria sustentabilidade financeira do Plano de Reequilíbrio Financeiro. -----

----- Consolidando a totalidade dos passivos, com o serviço da dívida do PAEL, naquelas condições, com o empréstimo financeiro, nos 31 milhões de euros, com um *spread* assente no pior cenário possível, que é a manutenção dos 6%, teríamos um serviço da dívida com os empréstimos que ainda iam continuar e aqueles 691 só iram acontecer durante os próximos 4 anos, depois desaparecem porque esses quatro empréstimos que ainda ficam, vão terminar nessa altura, teríamos um serviço da dívida de 3,650 milhões de euros. Desses, a partir de 2016 serão só cerca de 3 milhões, pelo que dos atuais 4,2 milhões de euros, consolidando a totalidade dos passivos passariam a ter 3,650 milhões de euros e a partir de 2016, 3 milhões. Na prática será este o resumo do serviço da dívida.” -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Dentro do programa que vier a ser renegociado, existe um conjunto de medidas, que tive oportunidade de apresentar na última reunião de Câmara, que se prendem com projectos, que nos próximos 5 a 10 anos, deveriam ficar salvaguardados, nomeadamente: a conclusão do Ciclo Urbano da Água, a questão dos Eixos Viários transversais de Abrunheira até Arazede, a questão dos Centros Educativos de Arazede, Carapinheira e Pereira, os dois sintéticos e ainda as Requalificações Urbanas de Abrunheira, Seixo, Arazede, Verride, Meãs, Tentúgal, Liceia e Gatões, por fim a Ciclo Via do Mondego, na nossa comparticipação, uma eventual reformulação dos Paços do Concelho Municipal, as Variantes da Carapinheira, Arazede e Abrunheira e a implantação do Balcão Único e Permanente. É este conjunto de projectos que para aquelas disponibilidades que estão traçadas, ficarão alocadas, podendo em sequencial pode ser sempre dada pedido de revisão alterando a finalidade a que se destina a aplicação dos disponíveis para outros considerados pertinentes e adequados. Chamo também a atenção, que posteriormente a esta aprovação vai ser pedido um ano de carência a toda esta iniciativa, e será aplicada a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

legislação que é concomitante do ponto de vista do controlo trimestral e depois anual, que poderá ao fim de 5 anos possibilitar uma renegociação, caso ainda se mantenham as cláusulas em vigor.” -----

-----O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto, e de uma assentada só, porque estão absolutamente interligados, porque quando se está a debater o ponto 11 da declaração da situação de desequilíbrio financeiro, também já se está a falar do Plano de Reequilíbrio Financeiro. Começo por agradecer a explicação quer do PCM, quer do Dr. Pedro Mota e Costa, que foram claras, precisas e acredito que, tecnicamente, corretas. Não estou a pôr em causa essa explicação, eu é que não tenho conhecimentos para saber se o são ou não, mas acredito que sejam. Sendo que, a análise técnica poderá ser muito importante, será de certeza absoluta, para o Dr. Pedro Mota e Costa, para o executivo, nomeadamente para o PCM uma coisa fundamental, para o município também o é. Mas enquanto líder de Grupo do PS, não me vou meter nas questões técnicas, mas, do ponto de vista político, o PS tem votado há já vários anos, contra o orçamento, contra a conta de gerência ou o plano de atividades, apesar de, individualmente, concordarmos com muitas das obras que têm sido feitas. No mandato anterior, enquanto vereadora, votei favoravelmente a maior parte delas. Atualmente os vereadores do PS votam a quase totalidade delas, porque consideramos que são importantes para o concelho, acreditamos que são estruturantes e necessárias às populações. Do ponto de vista global, tem havido este desentendimento político entre os grupos, que faz com que tenhamos sempre uma posição contrária e desfavorável no sentido de voto, o que de alguma maneira até nos liberta neste momento, porque de facto não assumimos qualquer responsabilidade perante a actual situação financeira desta CM. Chegámos a este ponto e há muito tempo que nos jornais e na comunicação social temos a indicação de que a CMMV está sobre endividada, que não há dinheiro para obras, que as obras param, que já ultrapassamos em muito o limite do endividamento, temos chamado a atenção e mesmo nos sucessivos empréstimos, também já temos votado contra. Daí que, enquanto responsáveis políticos não queremos ter qualquer co-responsabilidade, pela hipoteca financeira que se está a fazer ou que se pretende fazer, ao concelho e a todos os munícipes, pelo que a posição do PS é votar desfavoravelmente, os pontos 11 e 12.” -----

-----O membro Fernando Ladeira Pereira (PS) pediu a palavra e disse: “Começava apenas por fazer uma pergunta: dos documentos que nos foram entregues, quais são para considerar, neste momento? Isto, porque vi valores que estão diferentes, nomeadamente, nos empréstimos.” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto, a postura assumida pelo Grupo da Coligação “Montemor Sempre”, é muito clara. Fazendo um enquadramento desta situação em que o município vive e como foi já feito pelo Dr. Pedro Mota e Costa, ela foi gerada pela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

alteração das premissas, com base nas quais foi contratualizado o último saneamento financeiro em 2009, acompanhada pela evolução da conjectura económica em termos financeiros que o país, em particular, e a Europa em geral, tem vindo a viver. Por outro lado, com a entrada em vigor da lei dos compromissos, se não houvesse um dispositivo legal que permitisse marcar um antes e um depois, isto traduzir-se-ia num puro bloqueio de tudo o que seria a ação do município e a questão é muito clara quanto a isso.-----

----- Relativamente ao que é efetivamente enquadrado no PAEL, concordamos e subscrevemos a análise realizada. Este dispositivo é perverso, porque os que cumpriram as disposições do OE não têm praticamente verbas que possam inscrever devido à lei dos compromissos. Por outro lado, a questão da reestruturação financeira permitirá ao município, de uma forma mais prolongada no tempo, resolver a questão das dívidas que já tem neste momento assumido. Com os empréstimos que foram contraídos, com o reequilíbrio financeiro e com o saneamento financeiro, feito em 2009, esta solução permitirá, tal como foi dito no enquadramento, garantir que ao longo dos próximos 20 anos, o município consiga com a atual estrutura de receitas, fazer face a esses compromissos e não pondo em causa que as tais despesas com capital sejam feitas e que não haja uma quebra abrupta. Não podemos deixar de referir, que se esta dívida e todos esses empréstimos foram contraídos nos últimos anos, basicamente, foram justificados pelos grandes investimentos que foram feitos pelo município e que foram viabilizados por todos os grupos. Eles prendem-se nomeadamente, com a questão do saneamento, dos parques empresariais, com as reabilitações e regenerações urbanas, que foram sendo feitas e com outro tipo de investimentos estruturantes para o concelho, que a todos nós de uma maneira ou de outra, achámos cruciais. Não aceitamos que agora se critique quando, ao longo destes anos todos, sempre se viabilizaram este tipo de investimentos, à excepção, honre-se, do famoso ascensor mecânico para o Castelo, obra que o PS sempre se recusou a viabilizar. Claramente, e isso sempre foi assumido pela maioria, ao longo desta última década certo tipo de investimentos que foram feitos foram para aproveitar, provavelmente, a última oportunidade de se criarem condições de igualdade para garantir a salubridade e condições mínimas de vida e saúde pública para as pessoas do nosso concelho, onde se inclui o investimento foi feito no saneamento básico, que acaba por ter um peso bastante significativo, na é a dívida e nos compromissos que o município tem para solver. Daí o nosso comprometimento com esta solução, pelo que iremos viabilizar estes pontos.” -----

----- O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Efetivamente, foi assim que começou o resgate ao nosso país. Foi assim durante os últimos mandatos na CMMV, por parte da maioria, que, com a mesma confiança, diziam e argumentavam, contra tudo e contra todos, que tudo estava bem, que se ia no caminho correto, hoje nos apresentam, nada mais, nada menos do que um memorando, que vai da mesma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

forma como o país, hipotecar o nosso concelho. Só faltou argumentarem que os montemorenses têm vivido acima das suas possibilidades, que o investimento no saneamento ou ter água ao domicílio é viver acima das suas possibilidades. Efetivamente, batemo-nos contra os modos como este tipo de ajuda, que não é ajuda nenhuma, porque irá ser paga e bem paga, e debatemo-nos com os moldes como isto é executado, porque não podemos permitir que durante os próximos anos, todo o investimento e todo o trabalho desenvolvido no concelho, esteja hipotecado. Deste modo, e em coerência política com o que assumimos, não podemos votar favoravelmente esta proposta, estes planos e este tipo de empréstimos, nas condições em que eles nos são apresentados e nas premissas que os sustentam.” -----

-----O PJF de Montemor-o-Velho, António Pardal (CMS) pediu a palavra e disse: “Tenho estado a ouvir com muita atenção, mas medo do passivo, provavelmente, não tenho medo. Quando comecei a fazer uma casa também não tinha dinheiro, pedi-o ao banco e tinha um determinado montante de juro que era a 20%, e hoje está muito mais baixo. Efetivamente, há uns anos atrás eu devia muito mais dinheiro ao banco do que devo hoje. Portanto, a geração seguinte e é a minha filha que é herdeira, naturalmente não me vai chamar doido nem maluco, pelo fato de ter feito este investimento. O investimento está lá, tem um valor superior ao dinheiro que foi pedido ao banco, de maneira que de passivos não tenho medo. O passivo que a CMMV tem, neste momento de 35 milhões de euros, e tenho de dar os parabéns ao executivo por ter feito este passivo. É evidente que, deste passivo, há obras que foram realizadas na freguesia de Montemor, pena é, que não tenha sido um passivo ainda maior pois, assim, tinha a minha quota-parte de mais obras na freguesia. Não tenho dúvidas, de também dar os parabéns à parte da oposição, porque na realidade todas estas obras foram votadas em mais de 95%. Ora dos 35 milhões de euros, tirando 5%, foram aprovadas 33 milhões de euros, pelo PS.”-----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Quero prestar um esclarecimento sobre os valores que foram apresentados e que já tinham sido debatidos com os elementos do executivo, e que serão votados no ponto seguinte, porque este primeiro ponto é apenas a declaração do reequilíbrio financeiro. Os montantes em causa do PAEL e do reequilíbrio financeiro, foram acertados de acordo com os montantes que foram validados em termos do PAEL pela DGAL, e em termos do diferencial para eventual saneamento bancário, que iremos negociar, e os montantes definitivos são: 31 milhões de euros em termos do reequilíbrio financeiro e 1.723 milhões de euros do ponto de vista do PAEL. A soma mantém-se integralmente na mesma, do que estava inicialmente previsto dos 4 milhões por um lado e dos 27 milhões de euros pelo outro. Quando chegar o momento da votação, que fiquem bem cientes, que aquilo que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

AM vai autorizar são os valores que foram referidos, 31 milhões de euros em termos do reequilíbrio financeiro e 1.723.290,97 de euros em termos do PAEL.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: 18 votos a favor (CMS), 13 votos contra (PS) e (CDU). -----

----- **12.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano de Reequilíbrio Financeiro** - o membro Filipe Carraco (CMS) disse que no seguimento da intervenção anterior a CMS irá viabilizar a proposta.-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: 18 votos a favor (CMS), 13 votos contra (PS) e (CDU). -----

----- **13.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o empréstimo de reequilíbrio financeiro** – o PCM pediu a palavra e disse: “É nesta deliberação que devem ser introduzidos os valores referidos. O que vai ser aprovado, independentemente da votação, é que o reequilíbrio financeiro vai ter um montante global de 31 milhões de euros e de 1.723.290,97 de euros em termos do PAEL.” -----

----- O membro Fernando Ladeira Pereira (PS) pediu a palavra e disse: “É lamentável que o financiamento só tenha sido assumido agora, pois já deveria ter sido realizado porque já há muito que a Câmara está nesta situação. Não se está a discutir se houve ou não investimento, estamos a discutir que a asfixia da Câmara já não vem de agora, já vem de alguns anos. E se bem me recordo, quando o PS saiu da Câmara deixou cerca de 10 milhões de euros de passivo e, neste momento, está da maneira que está.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: 18 votos a favor (CMS), 13 votos contra (PS) e (CDU). -----

----- **14.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o plano de ajustamento financeiro** - o membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Para complemento do que já tinha dito, o nosso receio é que os munícipes de Montemor-o-Velho vão pagar uma factura muito cara pela decisão de adesão ao PAEL, mesmo compreendendo os motivos económicos, a situação financeira e legal que está por detrás, consideramos que isto vai ser uma adesão muito pesada, é uma espécie de *Troika* no concelho, com todas as consequências de daí advenham, o que não poderia deixar de referir.” -----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Quanto ao plano de ajustamento financeiro, também apresentado naquela explanação inicial, no fundo já foi devidamente justificado todo o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

enquadramento que é previsto para o município em termos financeiros no próximo ano. Acho que a explanação se enquadra no que tem sido a estratégia do executivo, pelo que vamos viabilizar a proposta.” -

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: 18 votos a favor (CMS), 13 votos contra (PS) e (CDU). -----

-----**15.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o empréstimo a contrair no âmbito do Programa I do PAEL no montante máximo elegível** - O membro Fernando Ladeira Pereira (PS) pediu a palavra e disse: “O executivo não só não pagou os investimentos, como não pagou as compras que efectuou, como está patente e constatado nos documentos que nos foram enviados. Se estão incorrectos, então é porque não sei fazer análises, como ainda fez um empréstimo com carência de 1 ano. Falou-se ainda há pouco, na apresentação e explanação que era de 20 anos, mas não, são 20 anos mais 1 ano, se não estou errado são 21 anos. E isto, preocupa-me muito, porque vão endividar as nossas gerações futuras, bem como a geração nova de autarcas que possa vir depois do atual presidente sair. Esta gestão descontrolada, pela mão do PCM e do executivo, condicionou a gestão futura do município. Foi incapaz de controlar as despesas durante anos a fio, como está patente nos documentos, e agora é que vem assumir a redução de despesa da Câmara? Acho que vão no sentido daquilo que disse há pouco, que o empréstimo já devia ter sido efectuado e realizado, há muito mais tempo.” -----

-----O P.J.F. de Montemor-o-Velho, António Pardo (CMS) pediu a palavra e disse: “Parece que há alguns membros do Grupo do PS que, ainda, não entenderam que é preferível ter um passivo de 35 milhões de euros, com obra realizada, do que ter um passivo como em 2001, de 11 milhões de euros e na freguesia de Montemor-o-Velho, por exemplo, não existia uma única obra. Prefiro ter 35 milhões de euros de passivo com as obras que tenho em Montemor, tais como uma piscina municipal, a biblioteca municipal, os campos de futebol que existem quer dentro quer fora da freguesia de Montemor. É de realçar e não podemos esquecer que 95% dessas obras foram aprovadas pelo executivo e pelo PS.” -----

-----O membro Fernando Ladeira Pereira (PS) pediu a palavra e disse: “Fazia uma proposta à MAM, no sentido de que o executivo apresentasse uma listagem, a quem vamos pagar a dívida, porque temo, que está patente no documento apresentado pelo Dr. Pedro Mota e Costa, que em questões de investimentos futuros, tinha de ser primeiro pago os empréstimos contraídos e somente depois é que disponibilizavam alguma verba para um investimento futuro. Mas temo que não seja pago a ninguém, como temos vindo a verificar durante anos a fio, e que venham a ser constituídos e endividar mais a Câmara com investimentos futuros.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.^a reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

----- O membro Altino Lopes (CMS) pediu a palavra e disse: “Nunca se viu fazer filhoses só com água e, por aquilo que estou a perceber, esta conversa já está a ir demasiado longe. O investimento é feito, as obras estão feitas e pagam-se.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 31 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: 18 votos a favor (CMS), 13 votos contra (PS) e (CDU). -----

----- **16.– Eleição de representante do município no Conselho Consultivo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo** - o membro Filipe Carraco (CMS) disse que o Grupo da CMS iria propor como representante, o PJF de Tentúgal, Décio Matias. -----

----- O membro José Carlos Leite (PS) disse que o Grupo do PS iria propor como representante, o PJF de Vila Nova da Barca, Telmo Graça. -----

----- O PMAM informou que se iria considerar como Lista A, a proposta do Grupo da CMS e como Lista B, a proposta do Grupo do PS. -----

----- Passou-se, de imediato, à eleição do representante do município no Conselho Consultivo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, por sufrágio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Lista A - 17 votos; Lista B - 13 votos; Votos brancos – 1; -----

----- Perante os resultados obtidos o representante no Conselho Consultivo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo será o membro da AM, Décio Matias. -----

----- **17.– Pronúncia da Assembleia Municipal sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, ao abrigo do artigo 11.º da Lei n.º22/2012, de 30 de maio** – pelo PMAM foi dito: “Antes de dar a palavra ao SMAM, para ler a proposta que deu entrada na MAM, subscrita pelos dois Grupos e porque pelo do PS foi pedido que o executivo municipal nos desse uma imagem perfeita dos limites das novas freguesias, o PCM teve o cuidado de chamar o responsável na área, e entendo que deveríamos ver os limites que foram, então, propostos e aprovados para que sejam lembradas essas áreas.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao técnico da CMMV, Paulo Mendes, que fez a apresentação da proposta dos limites do concelho, conforme documento que fica anexo à presente ata sob o número 1 e prestou os esclarecimentos necessários e tidos por convenientes. -----

----- Tomou a palavra o SMAM, que seguidamente leu a proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, que foi apresentada na mesa da AM pelos líderes dos Grupos da Coligação “Montemor Sempre” e do Partido Socialista, documento que fica anexa à presente ata sob o número 2. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

-----O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto, obviamente que a CDU terá uma palavra a dizer. Como é do conhecimento de todos os presentes, a CDU sempre se opôs a esta tentativa de atacar o poder local democrático, instaurado em Portugal após a Revolução do 25 de Abril, e além do nosso entendimento, tudo fizemos para que desde o início, esta Lei não fosse implementada. Tem, por obrigação da lei, entretanto promulgada pelo Presidente da República, esta AM de se pronunciar sobre a aplicação dos pressupostos da Lei. Neste sentido, a nossa posição não será de voto favorável, mas contra a proposta que está a ser apresentada, até porque, no nosso entendimento isso só seria possível se esta pronúncia fosse de acordo com os primeiros pontos que estão inscritos nessa proposta, ou seja, não à agregação ou extinção de qualquer freguesia no concelho de Montemor-o-Velho. Neste sentido, e por todos aqueles considerandos que aqui já fizemos referência noutras AM, nomeadamente, irei relembrar a nossa posição e nosso voto desfavorável a esta proposta, e em caso de existir uma proposta da CDU, seria uma pronúncia não favorável à agregação ou extinção de freguesias. ----

-----Assim sendo, considerando que: ao contrário do que foi anunciado, o reforço de coesão, o que irá resultar serão mais assimetrias e desigualdades, juntar os territórios mais fortes, mais ricos ou com mais população, com os mais fracos ou menos populosos em áreas rurais ou urbanas, traduzir-se-á em mais atracção para os primeiros, os que sobreviverão como freguesias e mais abandonos dos segundos, os que vão ter as suas freguesias liquidadas, ou seja, iremos assistir a mais abandono, menos investimento local, menos serviços públicos, ao fim de tudo, menos coesão; a reforma administrativa cega do território que assim o pretendesse ser, deveria ao contrário da liquidação de centenas de freguesias, criar as condições de afectação dos meios indispensáveis ao exercício das atribuições e competências que hoje lhe são negados, e ao mesmo tempo concretizar a regionalização, como a Constituição da República determina, e o PCP sempre defendeu. É indispensável a um processo de descentralização que se pretenda coerente, e uma reforma da administração pública racional ao desenvolvimento económico regional e à defesa da autonomia municipal; as freguesias representam em termos do OE, 0,1% do total, e que em nada contribuíram para a dívida pública, mais clara fica a intenção do Governo e esta Lei atacar o Poder Local e os direitos das populações, ao bem-estar e à satisfação das necessidades locais; a liquidação de centenas de freguesias, como hoje aqui está a ser aprovado irá representar um enorme empobrecimento democrático, traduzido na redução de mais de 20 mil eleitos, enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações, que a presença dos órgãos autárquicos assegura o aprofundamento das assimetrias e perda de coesão territorial, social e económica; o abandono ainda maior das populações, o acentuar da desertificação e do despovoamento, e ainda mesmo que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

neguem, um ataque ao emprego público, milhares de trabalhadores das freguesias extintas, cujo destino futuro será o despedimento ou a mobilidade, a nossa posição é de lamentar que, efetivamente, esta AM se pronuncie pela extinção e pela agregação das freguesias do concelho de Montemor-o-Velho.” -----

----- O PJF de Gatões, António Sérvalo (CMS) pediu a palavra e disse: “Votei contra esta proposta por não concordar com ela, mantendo a minha coerência desde o princípio deste processo. Sou contra qualquer agregação de freguesias.” -----

----- O membro Fernando Monteiro (CMS) pediu a palavra e disse: “Obviamente, que a minha declaração de voto é de abstenção e consubstancia-se em dois pontos fundamentais: primeiro, ser contra este tipo de reforma administrativa, a forma, o método e a substância como foi implementada; segundo porque respeito os votos dos munícipes que votaram a sua agregação, no respeito máximo da Lei e com toda a intenção que eles preconizam nesse sentido de voto, daí a minha abstenção. Respeito muito os munícipes e os PJF e para aqueles que, eventualmente, vão ser agregados, fica uma palavra de reconhecimento e apreço por toda a atividade que desenvolveram ao longo destes anos, e com certeza que esta reforma não vai ter mais valor acrescentado em relação àquele que existe, e daí o meu sentido de voto, sabendo também que normalmente nestas situações há sempre uns cordeiros que são imolados. O meu sentido de voto é de abstenção, porque concordando com uma situação não poderia deixar de respeitar o sentido de voto das Assembleias de Freguesia e dos munícipes das freguesias a agregar.” -----

----- O PJF de Vila Nova da Barca, Telmo Graça (PS) pediu a palavra e disse: “Como PJF visado, relativamente à votação desta proposta, queria declarar que votei contra, dado que acabei de assistir ao aniquilamento da minha freguesia, processo no qual, naturalmente, não sou participante.” -----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Esta intervenção prende-se com a declaração de voto que queria fazer relativamente à posição que foi assumida pelo Grupo da Coligação “Montemor Sempre”. Este processo da reforma administrativa já leva cerca de um ano de discussão, pelo que queria valorizar o facto de, oportunamente, ter sido criada uma Comissão Restrita, em que todas as forças partidárias com representação no executivo municipal e nesta AM, estiveram presentes e acompanharam. A nossa postura, desde o início, sempre foi contra esta reforma, uma vez que nunca vislumbrámos nela, nem a oportunidade, nem o sentido de ganho que eventualmente poderia ter vindo a ter. Pensamos que havia necessidade de uma reorganização administrativa do país, mas transversal, e com outro tipo de princípios, que não os meramente aritméticos de cortar um quarto das freguesias existentes, reconhecendo desde a primeira hora que não iríamos ganhar nada com isto, e que o que estava a ser apresentado e enquadrado para o concelho de Montemor-o-Velho, em nada ia de encontro às

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.ª reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

expectativas das nossas populações. No entanto, e uma vez a Lei aprovada, o sentido de responsabilidade da nossa força política, também disse que, caso houvesse da parte da auscultação das populações das freguesias, eventualmente visadas com esta reforma, que tendencialmente seriam sempre as menos populosas, que estaríamos disponíveis para viabilizar em sede de AM, uma proposta que fosse de encontro a esses pareceres e que no fundo pudesse minimizar os estragos de uma reforma que poderiam ser muito mais. Daí, claramente a justificação da postura/ responsabilidade que assumimos desde o princípio até ao fim deste processo e que se traduz na viabilização desta proposta, sem contudo deixar de sublinhar e vincar que somos contra este processo desde o início, pelo método, pela fórmula, pelo alcance e pelos resultados que daí advirão.” -----

-----O PJF de Verride, Arménio Pato (PS) pediu a palavra e disse: “Também me quero solidarizar com os meus colegas que votaram contra, pois o meu voto também foi contra, e é uma ideia que tenho vindo sempre a defender. Ainda na última AM a minha intervenção foi nesse sentido, contra a agregação das freguesias, porque acho que é uma reforma inadequada, ofensiva para todos nós, uma humilhação à história de cada uma das freguesias, na medida em que vai criar mais dificuldades na vida dessas pequenas freguesias rurais, dando azo a que haja mais desertificação, mais pobreza, não obstante todas as medidas que têm sido tomadas ao longo dos últimos anos, tais como a retirada das escolas, extensões de saúde e de outros serviços públicos. Esta foi a última “machadada” que o Estado se “dignou” fazer, prestando um mau serviço a todas as freguesias pequenas e rurais. Daí o meu voto contra esta agregação de freguesias.” -

-----O PJF de Tentúgal, Décio Matias (CMS) pediu a palavra e disse: “Comungando e partilhando a enumeração da leitura que o líder do Grupo fez, os PJF que neste Grupo se abstiveram, têm uma declaração de voto conjunta. O Governo impõe às populações, estigmatizando muito particularmente os eleitos locais, com uma Lei que na forma como foi proposta, conduzida e trabalhada, não respeitando equitativamente os pontos do memorando da *Troika*, invocados para esta reforma, não respeitando o imenso e profícuo trabalho ao nível das freguesias, no desenvolvimento local e na melhoria da qualidade de vida das suas populações, muito especialmente nas zonas rurais. Assim, e mesmo não sendo as freguesias a que presidimos abrangidas pelas regras estatuídas por esta Lei, que as obriguem à extinção ou agregação, informamos e deixamos aqui expreso que somos literalmente contra a mesma, e que nesta AM só não votámos contra e nos abstivemos, para que se possa beneficiar no concelho de 20% de margem de flexibilização previstos no n.º 1 do artigo 7º da lei que aprovou o regime da reorganização administrativa territorial autárquica. Pensamos que mais solidários não poderíamos ser”. Declaração de voto anexa sob o número 3.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

2.^a reunião (03, Outubro, 2012) da Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

----- O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Dei por mim a tomar nota de uma coisa: é que nunca fiquei tão pouco feliz, talvez para dizer mesmo, tão infeliz, ao ver uma proposta que até subscrevi, ser aprovada. Não tive prazer nenhum, em termos políticos ou pessoais enquanto líder deste Grupo, em subscrever uma proposta que faz uma reorganização administrativa de freguesias, agregando algumas delas. Também não concordo com a Lei e o PS também não, só que não devíamos começar por aqui, mas tal como dissemos, temos de ser responsáveis. Não fazer uma proposta, não tomarmos uma posição, seria relegar tudo para uma UTRAT que, possivelmente, ira fazer uma agregação com consequências piores para o concelho, do que aquela que acabámos por propor. Poderiam ser outras as freguesias a agregar, poderíamos extinguir outras, poderiam ser até todas, seria absolutamente uma incógnita, mas não acredito que fosse mais favorável, até por causa da própria legislação que nos permitiu alguma folga, que é de 20%. Daí que com responsabilidade, e só com sentido de responsabilidade é que nesta AM o PS foi co-autor desta proposta e a fez aprovar.” -----

----- O PJF de Abrunheira, Carlos Alves (PS) pediu a palavra e disse: “Esta declaração de voto também visa lamentar que esta Lei tivesse sido criada por este Governo e manifestar a minha tristeza pela Freguesia da Abrunheira ter sido uma das visadas, e manifesto também a solidariedade para com a Assembleia de Freguesia de Abrunheira, que tomou dramaticamente a medida que apresentou nesta AM, e que visou minimizar os efeitos nefastos desta mesma Lei.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 12 votos a favor, 6 votos contra e 12 abstenções. -----

----- Após esta intervenção, o PMAM deu por encerrada a Sessão às 18,30 horas e, para constar, se lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada vai ser, devidamente, assinada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos, Dr.

(Texto escrito com base no novo acordo ortográfico)